



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5879 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA – 2005-2018

Maria Lourdes Gisi - PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Polyana Raquel Pedroso - PUC-PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA – 2005-2018

As políticas públicas, no Brasil, têm-se caracterizado por medidas e ações de natureza compensatória para minimizar as desigualdades sociais o que também se evidencia na educação superior. Como indicam Pastore; Silva (2000), o caráter extremamente desigual deste sistema se revela de forma mais clara quando comparamos as oportunidades de ingresso dos diferentes grupos sociais no Brasil, em que as chances de ter acesso a uma universidade espelha a condição econômica de muitos jovens.

Ao longo de toda a sua história, de um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Os mais ricos têm usufruído dessa instituição milenar para legitimar a posição social que ocupam na estrutura social e ampliar o poder que, em geral, já exercem no conjunto da sociedade. Os jovens oriundos de famílias das classes média e alta são estimulados a ingressar nas melhores universidades e cursos em busca de um título acadêmico - que, na prática, é uma espécie de prêmio e de distinção - que lhes permitem exercer uma habilitação profissional socialmente legitimada. As instituições de educação superior (IES) refletem, como espelhos, as desigualdades e a distribuição desigual do poder na sociedade ([RIBEIRO, 2006](#); [FERNANDES, 2006](#)).

Segundo Trevisol e Nierotka (2016) as iniciativas voltadas para democratização do acesso à educação superior, particularmente dos jovens de baixa renda, passou a ganhar espaço na agenda dos governos e da sociedade brasileira apenas nos anos recentes, desencadeando políticas públicas de expansão e interiorização das vagas, assim como ações afirmativas voltadas aos grupos sociais mais excluídos, embora ainda não atendendo de modo igualitário a todos jovens que tem condições de ingressar na educação superior.

Para as instituições privadas foi aprovado o Programa Universidade para Todos – Lei nº 11.096/2005 que é uma política de acesso à educação superior que objetiva conceder bolsas integrais (100%) e parciais (50%) em cursos de graduação de instituições particulares de educação superior a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (BRASIL, 2005).

Os quadros informativos do sistema oficial do PROUNI no período entre o ano de 2005 até o 1º semestre de 2019, apresentam relatórios referentes ao número de vagas, número de bolsistas, e a caracterização sócio demográfica. Dos 27 documentos oficiais, em forma de relatórios semestrais constatou-se um total de 3.663.704 vagas, sendo 55,18% vagas integrais e 44,81% vagas parciais. Mas há que se registrar que mais de um milhão das vagas ofertadas pelo programa não foram preenchidas durante o período investigado (BRASIL, 2019). Sabe-se que muitos jovens nem conseguem concluir o ensino médio ou não alcançam a média no ENEM para ter acesso.

Observa-se também que muitos destes jovens que conseguiram ingressar com bolsas PROUNI se encontram nos cursos de menor procura. Deserdados ou excluídos no interior das universidades federais (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998), aos pobres e às minorias étnicas são reservados os cursos de menor prestígio social ou quando ingressam nos cursos de maior prestígio social, correm o risco descrito por Ezcurra(2011) de adentrar a universidade através de uma porta giratória, não permanecendo.

Sendo assim, o processo de expansão e massificação da educação superior brasileira, com o incremento de ingressos e matrículas, nas últimas décadas, não tem significado necessariamente a inclusão social das camadas historicamente excluídas, pois pesquisas citadas indicam que os estudantes das classes sociais subalternizadas e as minorias étnicas têm menores chances de acesso e permanência na educação superior, em especial nos cursos de alta demanda / prestígio social, que possibilitam maior mobilidade social. Torres (2001) afirma que quando se trata da educação superior, se tem uma maior diversidade que é justificada pelo contexto de expansão do ensino a partir da década de 1990 no Brasil.

Mena (2004) afirma que o PROUNI é comumente visto como mais uma política pública, voltada para ampliar o ingresso, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. Sendo assim, abre o acesso à educação superior, mas não oferece mais do que um arremedo de cidadania de segunda classe aos contemplados (SOUZA, 2004).

Considerando a abrangência do programa com oferta já ultrapassando uma década surgiu o interesse em pesquisar como vem se evidenciando a produção científica sobre o fenômeno do acesso via PROUNI. Assim foi realizada uma revisão narrativa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em abril de 2020, a abrangência temporal correspondeu ao período de 2005 – 2019, os descritores utilizados foram: “Programa Universidade para Todos” e “PROUNI”, tendo como critérios de seleção: idioma português; dissertação de mestrado ou tese de doutorado; ter a palavra “PROUNI” no título da publicação; o assunto da publicação deveria ser o PROUNI. Os critérios de exclusão foram: duplicações, publicações indisponíveis e publicações em outros idiomas.

Na etapa de busca, foram encontradas 122 publicações. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas 94 publicações para a análise. A partir da análise dos títulos e resumos, criou-se seis categorias para caracterização das publicações, a partir dos objetos de estudos mais citados (análise da política – PROUNI; análise de dois programas sociais; análise sobre a perspectiva somente de egressos; análise sobre a perspectiva de diversos sujeitos no mesmo estudo (gestores, coordenadores, estudantes, egressos, pais dos estudantes); análise sobre a perspectiva somente de estudantes; análise sobre a perspectiva de estudantes juntamente com egressos).

A produção científica foi caracterizada da seguinte forma: na análise da política foram

classificadas 18 publicações; na análise de dois programas foram classificadas 14 publicações; na análise sobre a perspectiva somente de egressos foram classificadas 12 publicações; na análise sobre a perspectiva de diversos sujeitos no mesmo estudo foram classificadas 18 publicações; na análise sobre a perspectiva somente de estudantes foram classificadas 31 publicações; na análise sobre a perspectiva dos estudantes e egressos juntamente foram classificadas 4 publicações; somente 3 publicações foram categorizadas em duas categorias simultaneamente.

Na categoria “Política – PROUNI” foram encontradas 18 publicações, destas, 3 são teses de doutorado e 15 dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das teses as 3 são da Educação. Das áreas temáticas das dissertações, 3 são de Educação; 1 de Economia; 1 de Políticas Públicas; 1 de Ciências Sociais; 1 de Políticas Públicas e Gestão Pública; 1 de Planejamento e Políticas Públicas; 1 de Sociedade, Estado e Educação; 1 de Gestão e Avaliação em Educação Pública; 1 de Gestão de Políticas Públicas; 1 de Gestão Pública e Sociedade; 1 de Engenharia de Produção; 1 de Ciências Humanas; e 1 de Direito.

Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano 2007 com 2 publicações; em 2009 com 5 publicações; em 2012 com 1 publicação; em 2013 com 3 publicações; em 2016 com 2 publicações; em 2017 com 2 publicação; em 2018 com 2 publicações; e em 2019 com 1 publicação. Nos anos de 2008, 2010, 2011, 2014, 2015 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2009.

Das instituições de pesquisa, a que mais publicou esses estudos foram a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade de São Paulo, com 2 publicações cada uma delas. A Universidade Federal de Pernambuco, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal de Alenas, a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade do Oeste Paulista e a Universidade do Extremo Sul Catarinense publicaram apenas 1 estudo cada uma delas.

Na categoria “Dois Programas sociais” foram encontradas 14 publicações, sendo que todas eram dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das dissertações 7 são da Educação; 1 das Ciências Sociais; 1 da Sociologia; 1 da Políticas Públicas e Desenvolvimento; 1 da Administração; 1 da Educação, Arte e História da Cultura; 1 da Educação e Ensino; 1 da Administração Pública.

Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano 2007 com 1 publicação; em 2009 com 2 publicações; em 2010 com 2 publicações; em 2015 com 1 publicação; em 2016 com 3 publicações; em 2017 com 1 publicação; em 2018 com 3 publicações; em 2019 com 1 publicação. Nos anos de 2008, 2011, 2012, 2013, 2014 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2016 e em 2018.

Das instituições de pesquisa as que mais publicaram esses estudos foram a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e a Universidade Estadual do Ceará com 2 estudos cada uma delas. A Universidade de São Paulo, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Universidade de Caxias do Sul, a Universidade Tuiuti do Paraná, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana publicaram apenas 1 estudo cada uma delas.

Na categoria “Diversos Sujeitos” foram encontradas 18 publicações, destas, 7 eram teses de doutorado e 11 dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das teses, 5 são da Educação; 1 das Ciências Sociais; 1 da Administração. Das áreas temáticas das dissertações, 7 são da Educação; 1 da Administração; 1 do Serviço Social; 1 da Políticas Públicas e Formação Humana; 1 da Educação, Estado e Sociedade.

Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano de 2007 com 1 publicação; em 2008 com 1 publicação; 2009 com 2 publicações; em 2010 com 3 publicações; em 2011 com 1 publicação; em 2013 com 1 publicação; em 2014 com 3 publicações; em 2015 com 3 publicações, em 2016 com 1 publicação; em 2017 com 1 publicação; em 2019 com 1 publicação. Nos anos de 2012 e 2018 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2010, 2014 e 2015.

Das instituições de pesquisa, as que mais publicaram esses estudos foi a Universidade Federal do Rio Grande do Norte com 3 estudos. A Universidade de Brasília, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com 2 estudos em cada uma delas. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade do Oeste Paulista, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e a Universidade de São Paulo, com apenas 1 estudo em cada uma delas.

Na categoria “Egressos” foram encontradas 12 publicações, destas, 3 são teses de doutorado e 9 dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das teses, todas são da Educação. Das áreas temáticas das dissertações, 3 são da Educação; 1 de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social; 2 das Ciências Sociais; 1 da Sociologia; 1 da Administração; 1 de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano 2012 com 2 publicações; em 2013 com 1 publicação; em 2015 com 1 publicação; em 2016 com 3 publicações, em 2017 com 1 publicação; em 2018 com 3 publicações; em 2019 com 1 publicação. Desde o período que começaram essas produções, somente no ano de 2014 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2016 e em 2018.

Das instituições de pesquisa, a que mais publicou esses estudos foi a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com 2 estudos. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a Universidade Católica de Salvador, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade La Salle, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Pará com apenas 1 estudo em cada uma delas.

Na categoria “Estudante e Egresso” foram encontradas 4 publicações, destas, 2 são teses de doutorado e 2 dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das teses, uma é de Educação e a outra de Psicologia. Das áreas temáticas das dissertações, uma é de Educação, Arte e História da Cultura, e a outra de Administração. Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano 2010 com 1 publicação; em 2014 com 1 publicação; em 2018 com 2 publicações. Desde o período que começaram essas produções, nos anos de 2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017 e 2019 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2018. Das instituições de pesquisa, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e a Universidade de Brasília, publicaram

apenas 1 estudo em cada uma delas.

Na categoria “Estudante” foram encontradas 31 publicações, destas, 9 eram teses de doutorado e 22 dissertações de mestrado. Das áreas temáticas das teses, 2 são da Educação; 3 são das Ciências Humanas; 2 do Serviço Social; 1 da Psicologia da Educação; 1 da Sociologia. Das áreas temáticas das dissertações, 12 são da Educação; 2 da Economia; 2 do Serviço Social; 1 da Psicologia Social; 1 da Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; 1 da Psicologia Clínica; 2 das Ciências Sociais; 1 da Avaliação de Políticas Públicas.

Verificou-se que esse fenômeno começa a ser estudado a partir do ano 2007 com 1 publicação; em 2008 com 1 publicação; em 2009 com 2 publicações; em 2010 com 5 publicações; em 2011 com 7 publicações; em 2012 com 4 publicações; em 2013 com 1 publicação; em 2014 com 3 publicações; em 2015 com 2 publicações, em 2016 com 1 publicação; e em 2017 com 4 publicações. Somente nos anos de 2018 e de 2019 não houve publicações sobre essa temática. Os maiores números de publicações foram encontrados no ano de 2011.

Das instituições de pesquisa a que mais publicou esses estudos foi a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com 7 estudos. A Universidade Federal do Ceará publicou 4 estudos. A Universidade Nove de Julho publicou 3 estudos. A Universidade Federal de São Carlos, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul publicaram 2 estudos cada uma delas. A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Universidade Metodista de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Estadual Paulista, a Universidade do Extremo Sul Catarinense, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, publicaram apenas 1 estudo cada uma delas.

Considerando o estudo realizado observou-se que em relação às 94 publicações que compuseram a amostra desse estudo, apenas 31 fazem análise exclusivamente da perspectiva dos estudantes que utilizam o programa. Ainda há muitas lacunas na produção do conhecimento sobre especificamente as experiências e vivências da inserção e permanência desses estudantes.

Entretanto, acredita-se que a análise de políticas de acesso e permanência do educação superior, vem se apresentando como importante temática de pesquisa, em que o estabelecimento de um campo de discussão sólido poderá contribuir para melhor compreensão do processo, tornando-se fator imprescindível para a redução índices de evasão, o que, em última instância, coopera para a ampliação do acesso à educação superior no país.

Percebe-se que estudos relacionados às políticas para educação superior vêm sendo alvo de um número cada vez mais elevado de produções acadêmico-científicas, visto que as duas últimas décadas configuraram-se como um período fértil para a consolidação de tais estudos, uma vez que novas possibilidades de pesquisa foram vislumbradas, a partir de incrementos relevantes na formulação e na implementação de políticas para acesso à educação superior

Essa discussão mencionada no presente estudo assume relevância no atual contexto, visto que a ampliação das políticas de expansão do acesso e da permanência na educação superior pressupõe o acompanhamento sistemático dos sujeitos que ingressam no sistema, e de avaliações dessas políticas, com o intuito de otimizar a implementação efetiva de tais políticas.

Palavras-Chave: Programa Universidade para Todos. PROUNI. Educação Superior. Políticas de Educação Superior.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. SIS/PROUNI: dados e estatísticas. 2019. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.

BRASIL. BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2014. Disponível em: <http://bddd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 02 mai. 2020.

EZCURRA, A. M. Masificación y enseñanza superior: una inclusión excluyente. Algunas hipótesis y conceptos clave. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N.; PAULA, M. F. C. (Orgs.). La democratización de la educación superior en América Latina Límites y posibilidades. Saenz Peña: EDUNTREF, 2011.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

MENA, Fernanda. Pareceres da FGV e de consultoria divergem sobre número de vagas. Folha de S. Paulo, 17 dez. 2004, "Cotidiano".

PASTORE, José.; SILVA, Nelson. Vale. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: Makron Books, 2000.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Josias de. Medida provisória do Prouni cria o "promamata". Folha de S. Paulo, 26 set. 2004, p. 14A, "Brasil".

TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: a tarefa por fazer. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

TREVISOL, Joviles. Vitorio.; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. Rev. Katálisis, Florianópolis, v.19, n.1, jan./jun., 2016.